

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO ¹

Emitente: Unidade Central de Controle Interno

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Anchieta

Gestor responsável: *Edson Vando Souza*

Exercício: 2022

1. Introdução

As atividades de Controle Interno da Câmara Municipal de Anchieta foram estabelecidas tomando-se por parâmetro os pontos de controle constantes da Instrução Normativa TCEES 68/2020, definidos em matriz de risco constante no Plano de Ação das Atividades de Controle Interno – Processo Administrativo CMA nº 000885/2021.

O Plano Anual de Auditoria Interna, constante do Plano de Ação das Atividades de Controle Interno da Câmara Municipal de Anchieta foi elaborado com base no conceito de Auditoria Baseada em Risco, cujos pontos de controle constantes da Tabela Referencial foram determinados em face do risco, materialidade, relevância e criticidade, visando assegurar o cumprimento da missão institucional e a salvaguarda dos ativos.

Nesse intuito, foram analisados os pontos constantes da IN 68/2020 e suas alterações:

Código	Objeto	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada ²
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	000250/2022	Lei 4.320/1964, art. 60.	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	17	4
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	000065/2023	<ul style="list-style-type: none">• CF/88, art. 40.• LRF, art. 69.• Lei 9717/1998 art. 1º.• Lei 8.212/1991	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo	-	-

¹ Artigo 43, VI da Lei Complementar Estadual nº 621/2012.

² Quando possível, indicar a quantidade de recursos, ou processos, ou itens, selecionados para compor a amostra.

			<ul style="list-style-type: none"> Regime de competência 	<p>registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente</p>		
1.3.1.	Bens em estoque, móveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	000304/2022	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	38.347,74	38.347,74
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e	000376/2022	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente	5346596.27	5346596.27

	controle			estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.		
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	000065/2023	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício	191276.76	191276.76
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	000065/2023	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar trimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município) se foram observados os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	-	-

1.4.13	Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento	000065/2023	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	-	-
1.4.19	Despesas com pessoal – remuneração vereadores	000065/2023	CRFB/88, art. 29, inciso VII	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.	-	-
1.4.20	Poder Legislativo Municipal – despesa total	000065/2023	CRFB/88, art. 29-A.	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29- A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5o do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior	-	-
1.5.2	Segregação de funções.	000250/2022	CRFB/88, art. 37.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de	23	5

				autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.		
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	000250/2022	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	13	13
2.3.5	Cancelamento de passivos	000065/2023	CRFB/88, art. 37, caput. c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP e NBC T 16.	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.	-	-
2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias	000250/2022	LC 116/2003, art. 6º/ Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991. Lei Local.	Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração pública.	709066.53	127246.93
2.6.4	Pessoal – teto	000393/2022	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	-	-
2.6.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	000393/2022	CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei	23	23

				específica.		
2.6.6	Dispensa e inexistência de licitação.	000394/2022	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexistência de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações	166871.22	166871.22

2. Demais Ações Executadas Pela UCCI

Durante o período, a UCCI expediu diversos comunicados internos, ofícios, realizou reuniões e treinamentos, participou de cursos online, realizou monitoramento das recomendações expedidas e outros. Sendo elas:

2.1 Comunicados Internos Expedidos Pela UCCI

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA CMA					
COMUNICADOS INTERNOS EXPEDIDOS NO EXERCÍCIO DE 2022					
C.I Nº	DATA	Nº PROCESSO	SETOR	DESCRIÇÃO	Situação
1	04/01/2022	000019/2022	Seção de T.I	Elaboração de Arquivo Estruturado – INFOCI.XML	Concluído
2	10/02/2022	000078/2022	Direção Geral	Contratação de Módulo de Controle Interno – INFOCI.XML	Concluído
3	01/02/2022	000065/2022	Contabilidade	Inspeção para avaliar limites constitucionais e fiscais	Concluído

4	18/02/2022	000085/2022	Gabinete da Presidência	Processos Administrativos, Sindicâncias, Tomada de Contas e outros.	Concluído
5	12/04/2022	Em mãos	Diretoria	Denúncia de Lei que altera carga Horária dos servidores da Guarda Patrimonial	Concluído
6	12/04/2022	Em mãos	Gabinete do Presidente	Remessa de informações sobre o resultado do julgamento das Contas dos Prefeitos pelo Legislativo Municipal	Concluído
7	23/05/2022	000250/2022	Contabilidade	Trabalho de Auditoria no setor contábil	Concluído
8	20/06/2022	Em mãos	Contabilidade	Retificação da Prestação de Contas Anual	Concluído
9	07/07/2022	00304/2022	Almoxarifado	Auditoria no setor de Almoxarifado	Concluído
10	11/07/2022	00311/2022	Gabinete da Presidência	Recomendação referente à nova Lei de Licitação e Contratos	Concluído
11	08/07/2022	00308/2022	Gabinete da Presidência	Notificação TCEES – Ausência de Ouvidor	Concluído
12	12/07/2022	000312/2022	Gabinete da Presidência	Notícia de Irregularidade – Auxílio	Concluído

				Alimentação	
13	13/07/2022	CIRCULAR	Todos os Setores	Questionário para elaboração do Levantamento de Transparência Pública	Concluído
13	09/09/2022	000376/2022	Patrimônio	Auditoria no setor de Patrimônio	Concluído
14	18/10/2022	000393/2022	Recursos Humanos	Auditoria no Setor de Recursos Humanos	concluído
15	19/10/2022	000394/2022	Seção de Contratações	Auditoria na Seção de Contratações	Concluído
16	14/12/2022	000410/2022	Gabinete da Presidência	Plano Anual de Auditoria Interna – Exercício 2023	Concluído

2.2 Auditoria e Fiscalizações realizadas

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA CMA				
AUDITORIA / INSPEÇÕES - 2022				
DATA	Nº PROCESSO	SETOR	DESCRIÇÃO	Situação
01/02/2022	000065/2022	Contabilidade	Inspeção para avaliar limites constitucionais e fiscais	Concluído
23/05/2022	000250/2022	Contabilidade	Trabalho de Auditoria no setor contábil	Concluído
07/07/2022	00304/2022	Almoxarifado	Auditoria no setor de Almoxarifado	Concluído
13/07/2022	CIRCULAR	Todos os Setores	Questionário para elaboração do Levantamento de Transparência Pública	Concluído

09/09/2022	000376/2022	Patrimônio	Auditoria no setor de Patrimônio	Concluído
18/10/2022	000393/2022	Recursos Humanos	Auditoria no Setor de Recursos Humanos	concluído
19/10/2022	000394/2022	Seção de Contratações	Auditoria na Seção de Contratações	Concluído

3. Auditorias e outros procedimentos realizados

Tendo como base os pontos de controle avaliados, elencados no item 1 desta manifestação, esta UCCI com base na amostra selecionada não identificou achados de auditoria que resultassem em proposições, alertas e ou medidas de saneamento.

4 – Tomadas de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos instaurados na UG³

Não foi instaurada Processo Administrativo Disciplinar e ou Tomada de Contas Especial no Exercício de 2022.

Anchieta - ES, 17 de março de 2023

³ Artigo 22 da IN TC - 32/2014.